

Opinião

O apagão e a produção de eletricidade no interior rural

Clemente Pedro Nunes

Professor
Catedrático
do Instituto
Superior
Técnico (*)



O apagão da rede elétrica que de repente afetou todo o território de Portugal Continental, e toda a península Ibérica, levou à opinião pública a questão do necessário e permanente equilíbrio entre a produção e o consumo de eletricidade.

Nesta problemática ressalta a diferença entre “potências firmes”, que são aquelas que se podem controlar, e “potências intermitentes” que, como as eólicas e as solares, apenas dependem da natureza.

O Interior Rural dispõe em abundância de biomassa, que já é hoje usada para produzir eletricidade “firme”, e cuja utilização deve ser incrementada com urgência.

O aproveitamento energético dos excedentes de biomassa agro-florestal, para além de serem uma fonte renovável e nacional, tem também a vantagem complementar de retirar biomassa

dos terrenos rurais, evitando assim a propagação dos incêndios, que muito afetam o Interior Rural durante o Verão.

É indispensável criar nos concelhos de maior densidade florestal, Parques de Recolha onde os proprietários do minifúndio possam colocar os seus excedentes de biomassa, recebendo para o efeito a necessária compensação pelos custos de corte e transporte.

Constituindo assim uma alternativa à “política de mero massacre” dos proprietários do minifúndio, em que apenas se lhes aplicam coimas sem qualquer sentido estratégico.

Regista-se assim com expectativa muito positiva o anúncio feito pelo Governo, no passado dia 23 de Abril, de que “foram atribuídos 1,5 milhões de euros para a instalação de Ecopontos Florestais”.

Esta verba será suportada pelo Fundo Ambiental, e abrangerá vários Concelhos do interior com elevada densidade florestal, nomeadamente Vila de Rei, Soure, Paredes, Tábua, Mangualde, Sertão, Boticas, Paredes e Paços de Ferreira.

Estes Ecopontos Florestais, irão passar a receber com segurança os excedentes de biomassa, e são indispensáveis para transformar “as ameaças de incêndios trágicos”, na “oportunidade de produzir eletricidade firme” no In-



terior Rural.

O Ministério do Ambiente e Energia salienta que assim “promove a recolha, armazenamento temporário e encaminhamento para Centrais Térmicas a Biomassa, ou para compostagem, dos materiais sobrantes das explorações agro-florestais”.

Acrescenta que se evita também o recurso a “queimadas” que estão na origem de muitas ignições descontroladas no período estival.

Embora a verba anunciada seja “tímida” para o número de concelhos abrangidos, fazem-se sinceros votos para que o novo Governo, que se irá agora formar, dê urgência à instalação destes Ecopontos Florestais.

É indispensável levar ao terreno ações con-

cretas, como estas, que permitam às populações do interior Rural, oito anos depois da tragédia dos incêndios de 2017, e um ano depois do Presidente da República ter celebrado o Dia de Portugal de 2024 nos concelhos mártires de Pedrógão, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, sentir que vale a pena continuar a investir e trabalhar nessas regiões, com eficácia estratégica de forma a que todos os portugueses beneficiem desse esforço.

Assim o exige a Coesão Territorial no nosso país, que é um objetivo prioritário numa Democracia de Qualidade. ◀

** Signatário do Manifesto “Para uma Democracia de Qualidade”*